



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_\_32) 3537 - 1242



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**DISPENSA ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2024**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_/2024**

**EDITAL Nº \_\_\_\_/2024 SRP**

**UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria de Saúde**

**RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: Luciana das Graças Henrique**

### 1. OBJETO E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente licitação é a constituição do quadro geral de Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de coleta. Coleta de lixo hospitalar e ambulatorial; serviço especializado para coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde (lixo Hospitalar), para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

#### 1.1 Especificação e descritivo dos itens

Item	Quant	Unid	Descrição do material/serviço	Valor Unitário	Valor Total
01	2400	kg	Contratação de empresa especializada em coleta de resíduos dos serviços de saúde	R\$ 7,50	R\$ 18.000,00

#### 1.2 Da Classificação dos bens

O bem objeto dessa contratação não se enquadra como bem de luxo, Art.20, §1º, da Lei Federal 14.133/2021.

1.2.1. O(s) bem(ns) objeto desta contratação é (são) caracterizado(s) como comum(ns), pois apresenta(m) padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. A Orientação Normativa AGU nº 54/2014: Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde à obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

1.2.2. O(s) bem(ns) a serem adquiridos foram parcelados, na forma do art. 40, inciso V, alínea “b” da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2023, tendo em vista a viabilidade técnica e econômica.

#### 1.3 Da Contratação

1.3.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período nos termos no artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021.



1.3.2. A Ata poderá sofrer alterações conforme artigos 124 e 134 da Lei Federal 14.133/2021 e demais dispositivos legais que versam sobre a temática.

## **1.4 Da Estimativa da Contratação**

O valor estimado de contratação foi aferido com base no artigo 23, §1º, da Lei Federal 14.133/2021, e se encontra no valor de R\$ 23.560,00 vinte e três mil, quinhentos e sessenta reais)

## **2. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

### **2.1 Justificativa de aquisição de objeto;**

A contratação de uma empresa especializada para a coleta de resíduos dos serviços de saúde nas áreas do centro da cidade de Paula Cândido e no distrito de Airões é fundamentada em diversos aspectos cruciais para a segurança pública e preservação ambiental. A complexidade e riscos associados ao manejo inadequado de resíduos dos serviços de saúde demandam a expertise e os recursos adequados, os quais uma empresa especializada pode oferecer de maneira eficiente. Além disso, a abrangência geográfica da coleta, incluindo tanto a região central quanto o distrito, assegura que a iniciativa atinja toda a comunidade, atendendo às necessidades tanto de áreas urbanas mais densamente povoadas quanto de regiões mais remotas.

A contratação de uma empresa especializada também se justifica pela conformidade com normas e regulamentações ambientais e de saúde, garantindo que a coleta, transporte e descarte dos resíduos dos serviços de saúde sejam realizados de acordo com as diretrizes estabelecidas. Ademais, ao centralizar essa operação em uma empresa especializada, otimiza-se a logística e a eficiência na gestão desses resíduos, minimizando riscos potenciais para a comunidade local. Dessa forma, a contratação de uma empresa para realizar a coleta de resíduos dos serviços de saúde nas mencionadas áreas demonstra um comprometimento ativo com a segurança pública, o cuidado ambiental e a conformidade regulatória, visando a promoção de uma comunidade mais saudável e sustentável.

### **2.2 Justificativa da adoção do SRP;**

2.2.1 Aprimoramento da qualidade técnica dos documentos preliminares ao certame, como especificações, alinhamento estratégico com o planejamento municipal e condições jurídicas para a contratação;

2.2.2 Otimização do esforço administrativo para a condução de vários processos licitatórios, resultando na execução conjunta que culmina em um único certame;

2.2.3 Realização de economia de escala, pois, ao prospectar grandes volumes licitados, a Administração Pública amplia seu poder de compra junto aos fornecedores e consegue reduções consideráveis de preços, fato que certamente não ocorreria no fracionamento de certames;

2.2.4 Necessidade de aquisições frequentes, com contratações parceladas, de acordo com as necessidades que efetivamente se concretizem;



2.2.5 Inviabilidade, devido à natureza e destinação dos bens, de definir com plena exatidão o quantitativo a ser demandado pela Administração.

2.2.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014).

## **2.3 Justificativa Legal;**

De acordo com o artigo 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei nº 14.133, de 2021, a fundamentação da contratação é realizada mediante “referência aos estudos técnicos preliminares (ETP) correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas”.

Conforme previsto na Súmula 177 do TCU, a justificativa há de ser clara, precisa e suficiente, sendo vedadas justificativas genéricas, incapazes de demonstrar de forma cabal a necessidade da Administração. A Administração deverá observar a Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, justificando as quantidades a serem adquiridas em função do consumo do órgão e provável utilização, devendo a estimativa ser obtida, a partir de fatos concretos (Ex: consumo do exercício anterior, necessidade de substituição dos bens atualmente disponíveis, implantação de setor, acréscimo de atividades, etc).

Portanto, deve contemplar:

- a) a razão da necessidade da aquisição;
- b) as especificações técnicas dos bens; e
- c) o quantitativo de serviço demandado.

## **2.4 Da Natureza do Objeto;**

Os bens a serem contratados estão categorizados como bens comuns, conforme determinado pela Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas regulamentadoras, não sendo considerados bens de luxo, de acordo com o Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022. Os bens objeto desta contratação são identificados como comuns, apresentando características e especificações usuais de mercado. Conforme estipulado pelo artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021, é exigido que os itens de consumo possuam qualidade comum, não excedendo a necessária para cumprir suas finalidades, sendo expressamente vedada a aquisição de artigos de luxo. O Decreto nº 10.818, de 2021, regula essa questão, estipulando que as proibições nele estabelecidas devem ser rigorosamente seguidas pelo administrador público. De acordo com a Orientação Normativa AGU nº 54/2014, a responsabilidade de declarar que o objeto licitatório é de natureza comum, para efeito de utilização da modalidade pregão, recai sobre o agente ou setor técnico da administração, enquanto a análise do enquadramento adequado da modalidade licitatória aplicável é atribuição do órgão jurídico. A decisão de implementar a coleta de resíduos dos serviços de saúde no município de Paula Cândido, abrangendo tanto na sede da cidade quanto o distrito de Airões, é de suma importância para diversos aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, essa iniciativa visa salvaguardar a saúde pública, uma vez que o manejo inadequado desses materiais pode representar riscos significativos para a população, profissionais de coleta e o meio ambiente. Além disso, ao estender a coleta para o distrito, garante-se que todas as comunidades, independentemente de sua localização, tenham acesso a



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0\_\_32) 3537 - 1242



um serviço essencial que promove a segurança e a qualidade de vida. A implementação da coleta de resíduos dos serviços de saúde também está alinhada com princípios de responsabilidade ambiental, contribuindo para a preservação dos ecossistemas locais e para a construção de uma cidade mais sustentável. Dessa forma, a decisão de abranger tanto o centro quanto o distrito demonstra um comprometimento abrangente com o bem-estar da população e a promoção de práticas ambientais responsáveis.

### 3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária, impacto orçamentário e fonte, constam abaixo, conforme Art. 6º, XXII, J, da Lei Federal 14.133/2021. Segue abaixo as informações:

Dotação	Fonte	Descrição	Valor R\$
02.05.10.301.004.2.0027-33.90.30	1.500	DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	R\$ 8.000,00
02.05.10.122.004.2.0026-33.90.30	1.621	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE	R\$ 10.000,00

### 4. DAS DIRETRIZES DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

#### 4.1 Descritivo da solução e da necessidade considerando o ciclo de vida do objeto e ilustrativo dos itens

A contratação de uma empresa especializada na coleta de resíduos dos serviços de saúde é essencial, considerando a urgência em abordar questões críticas relacionadas à saúde pública e à preservação ambiental. O aumento na geração desses resíduos, muitos provenientes de atividades médicas e laboratoriais, demanda uma abordagem cuidadosa e profissional para assegurar sua eliminação adequada. A contratação busca atender não apenas às diretrizes da legislação ambiental vigente, mas também aos preceitos da legislação de saúde, mitigando riscos associados à exposição a materiais potencialmente contaminados. O interesse público é evidente ao considerar que a correta coleta e descarte de resíduos dos serviços de saúde são medidas cruciais para proteger a saúde da população e preservar o meio ambiente local. Além disso, o cumprimento dessas normas contribui para a prevenção de doenças transmitidas por agentes contaminantes presentes nesses materiais. A contratação de uma empresa especializada não apenas atende a esses imperativos legais, mas também representa um compromisso ativo com a segurança da comunidade, proporcionando um ambiente mais saudável e sustentável para todos os cidadãos.

#### 4.2 Da Contratação

A contratação da empresa de coleta de resíduos dos serviços de saúde, requer o atendimento a diversos requisitos fundamentais para assegurar a eficácia e a conformidade com normas ambientais e de saúde. Primeiramente, a empresa deve possuir registro e licenciamento adequados junto aos órgãos reguladores, garantindo sua habilitação para a gestão segura desse tipo específico de resíduo.

Além disso, é crucial que a empresa disponha de infraestrutura adequada, incluindo veículos e equipamentos especializados para a coleta, transporte e armazenamento temporário dos resíduos dos serviços de saúde. A capacitação da equipe técnica encarregada da coleta



também é um requisito essencial, assegurando o manuseio seguro desses materiais e o cumprimento de protocolos sanitários.

A conformidade com normas ambientais e de saúde, incluindo a Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais regulamentações pertinentes, é um ponto central. A empresa deve adotar práticas sustentáveis, garantindo o descarte adequado e a destinação final dos resíduos em conformidade com as diretrizes ambientais. Da mesma forma, a adesão às normas de segurança ocupacional e a disponibilidade de recursos para a capacitação contínua da equipe são aspectos críticos para a execução segura e eficiente do serviço.

## **5. DA ENTREGA DO OBJETO**

### **5.1 Formas de fornecimento**

A coleta de resíduos dos serviços de saúde, está programada para ocorrer tanto no centro da cidade de Paula Cândido quanto no distrito de Airões. Este esforço abrangente visa garantir a segurança e o descarte apropriado desses itens, contribuindo para a preservação do meio ambiente e a proteção da comunidade local. A iniciativa abrangerá ambas as localidades, visando coletar um total de 200 kg de resíduos dos serviços de saúde, reforçando o compromisso com a saúde pública e o bem-estar coletivo.

### **5.2 Condições da coleta**

5.2.1. Para forma de Coleta parcelada dos bens será de acordo com as necessidades e demandas da contratante.

5.2.2. O prazo máximo de coleta do(s) bem(ns) é de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, que será enviada através de correio eletrônico e aplicativo de troca de mensagens virtuais.

5.2.3. O prazo estipulado poderá ser prorrogado, quando solicitado durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

5.2.4. Os resíduos deverão ser recolhidos no Posto de Saude, na Rua Capitão Martinho, na UBS Monsenhor Licínio Fernandes, no endereço Teotonio T. Oliveira, bairro 13 de maio, Na Farmácia Municipal no endereço Almerinda A. Soares, Centro e também na UBS Francisca Barbara de Jesus, no Distrito de Airões às 16 horas, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, conforme especificado em e-mail enviado com a devida Autorização de Fornecimento (A.F).

5.2.5. A Contratada responsabilizar-se-á pelo transporte dos materiais desde o local da coleta até o local determinado para entrega, bem como pela mão de obra por seu descarregamento e armazenamento sem ônus para a Contratante.

### **5.3 Garantia técnica, manutenção e/ou assistência técnica**

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).





## 6 GESTÃO CONTRATUAL

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 2038 de 2024 e do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 7 DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1. Os serviços serão realizados de forma sumária, sendo a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) emitida após o aceite do serviço de coleta e a Autorização de Fornecimento, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. A pesagem deve ser transparente e demonstrar o real peso dos lixos e materiais recolhidos.

7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do(s) bem(ns) e consequente aceitação mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.



7.1.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

## **7.2. Prazo de pagamento**

7.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias as contados do adimplemento, pelo Setor Municipal de Finança, contados após a emissão da nota fiscal e anexo de todo kit de documentos referente à compra.

7.2.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo (se houver), quantitativo efetivamente entregue, o número do empenho e os dados bancários.

7.2.3. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente, obedecendo o tópico 7.2.2.

7.2.4. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

## **7.3. Forma de pagamento**

7.3.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

7.3.2. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal **1975/2023** e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.

7.3.3. As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

## **8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**



8.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, por meio do processo realizado e por fiscal de Contrato, formalmente designado, nos termos do Decreto Municipal nº 2038/2024 e artigo 117 da Lei 14.133/2021.

8.1.2. Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.3. Pagar no vencimento a fatura apresentada e no prazo estabelecido pela TR, ao Contratado correspondente ao fornecimento do(s) bem(ns).

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento, e em caso de descumprimento, fica a contratante obrigada a aplicar as sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Federal 14.133/2021.

## **9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas.

9.1.2. Entregar o(s) bem(ns) de acordo com a(s) especificação(ções) constante(s) no subitem 1.1. deste Termo de Referência.

9.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à execução do fornecimento.

9.1.4. Garantir a boa qualidade do(s) bem(ns) entregue(s).

9.1.5. Atender, no prazo máximo de 1 (um) dias útil, a convocação para retirada da(s) Nota(s) de Empenho, ou dar recebimento por meio digital, no prazo máximo de 1 dia útil.

9.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.7. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

9.1.8. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.

9.1.9. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.





9.1.10. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução deste contrato, estando passíveis à aplicação dos artigos 155 e 156 da Lei Federal 14.133/2021 em caso de inexecução parcial/total do vínculo contratual e descumprimento do contrato.

## 10 CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

### 10.1 - Rotinas de Fiscalização

10.1.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). As informações e indicações encontram-se no Documento de Formalização de Demanda (DFD) correspondente à aquisição.

### 10.2 - Fiscalização Técnica

10.2.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.2.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

10.2.3 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.2.4 Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do objeto para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

10.2.5 O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

### 10.3- Fiscalização Administrativa

10.3.1 Fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.3.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



10.3.4 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

10.3.5 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigirá-se, dentre outras, as seguintes comprovações as certidões apresentadas durante o certame, sendo exigidas de 12 em 12 meses para verificação e atualização na idoneidade da empresa.

## **10.4 Gestor do Contrato**

10.4.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.4.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.4.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.4.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

## **15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, previstas no artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021, caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas nos artigos 156 e 162 da Lei Federal 14.133/2021, com possibilidade de prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

## **16. OUTRAS INFORMAÇÕES**

16.1 Fazem parte desse Termo de Referência os anexos I, II, II.

**Secretaria de Saúde**  
**Luciana das Graças Henrique**  
**CPF: 076.282.156-61**